

## SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-  
SÃO PAULO

Coordenador Pedagógico

CONCURSO PÚBLICO - Nº 01/2023

CÓD: SL-032JH-23  
7908433237143

## Língua Portuguesa

|                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....                                                                                         | 11 |
| 2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras .....                                                                                                            | 14 |
| 3. Pontuação .....                                                                                                                                                                 | 14 |
| 4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. .... | 16 |
| 5. Concordância verbal e nominal. ....                                                                                                                                             | 24 |
| 6. Regência verbal e nominal .....                                                                                                                                                 | 26 |
| 7. Colocação pronominal .....                                                                                                                                                      | 28 |
| 8. Crase .....                                                                                                                                                                     | 29 |

## Matemática

|                                                                                                                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal ..... | 39 |
| 2. Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum .....                                                                                                                                             | 46 |
| 3. Porcentagem .....                                                                                                                                                                             | 47 |
| 4. Razão e proporção; Regra de três simples ou composta .....                                                                                                                                    | 48 |
| 5. Sistema de equações do 1º grau .....                                                                                                                                                          | 51 |
| 6. Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa .....                                                                                                    | 52 |
| 7. Relação entre grandezas – tabela ou gráfico .....                                                                                                                                             | 57 |
| 8. Tratamento da informação – média aritmética simples .....                                                                                                                                     | 61 |
| 9. Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales .....                                                                                        | 63 |

## Tecnologia da Informação e da Comunicação

|                                                                                                                                                                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) aplicadas à Educação – ensino-aprendizagem na interconexão com artefatos digitais físicos (computadores, celulares, tablets) e virtuais (internet, redes sociais, programas, nuvens de dados). .... | 73 |
| 2. Tecnologia assistiva .....                                                                                                                                                                                                                                        | 86 |
| 3. Conhecimentos básicos de plataformas de comunicação remota (Google Meet, Microsoft Teams) .....                                                                                                                                                                   | 88 |
| 4. Conhecimentos básicos das plataformas Google Sala de Aula e Google Atividades. ....                                                                                                                                                                               | 96 |

## Conhecimentos Específicos

|                                                                                                                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Fundamentos filosóficos, socioculturais, psicológicos e pedagógicos da Educação: Relação entre Sociedade, Escola, Conhecimento e Qualidade de Vida .....                                                             | 105 |
| 2. Relações entre educação, desigualdade social e cidadania .....                                                                                                                                                       | 110 |
| 3. Princípios, normas legais e diretrizes curriculares da Educação Básica .....                                                                                                                                         | 111 |
| 4. Visões da função social da escola e respectivas implicações educacionais .....                                                                                                                                       | 118 |
| 5. A educação na perspectiva de Paulo Freire .....                                                                                                                                                                      | 120 |
| 6. A construção coletiva do projeto político-pedagógico voltado para o desenvolvimento humano do educando e para seu processo de aprendizagem: fundamentos, planejamento, implementação e avaliação de suas ações ..... | 136 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7. O processo ensino-aprendizagem: concepções e teorias da aprendizagem e de avaliação .....                                                                                                                                                                            | 142 |
| 8. As diferentes tendências pedagógicas no Brasil .....                                                                                                                                                                                                                 | 145 |
| 9. A interação pedagógica na sala de aula: o aluno, o professor, os tempos, os espaços e os conteúdos escolares.....                                                                                                                                                    | 145 |
| 10. O currículo: diferentes concepções e respectivas implicações para a construção e reconstrução da proposta pedagógica da escola .....                                                                                                                                | 149 |
| 11. A concepção de currículo como desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas, sociais e das competências necessárias à leitura crítica de mundo, à disciplina autônoma e à convivência ética .....                                                             | 164 |
| 12. Currículo e diversidade cultural .....                                                                                                                                                                                                                              | 170 |
| 13. Desenvolvimento de currículo e dimensões da avaliação: a práxis avaliativa do ensinar e aprender .....                                                                                                                                                              | 184 |
| 14. Relação entre Conhecimento e Vida: o processo de construção e reconstrução curricular coerente com a concepção interdisciplinar do conhecimento, com a abordagem pedagógica transversal de conteúdos e com as novas tecnologias da informação e da comunicação..... | 195 |
| 15. O Projeto político-pedagógico como orientador do planejamento escolar, da proposta curricular e dos projetos de ensino-aprendizagem concebidos como instrumentos necessários à gestão do trabalho em sala de aula.....                                              | 201 |
| 16. As concepções de organização e gestão escolar. A concepção de gestão democrática envolvendo a participação de todos os profissionais que atuam na escola e a da comunidade dessa unidade de ensino .....                                                            | 201 |
| 17. A ação da coordenação pedagógica em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, em relação aos organismos coletivos da escola e à participação da família .....                                                                                         | 206 |
| 18. Gestão do trabalho pedagógico coletivo com vistas à construção e reconstrução da proposta pedagógica da escola e à formação continuada dos professores .....                                                                                                        | 207 |

## Bibliografia - Conhecimentos Específicos

|                                                                                                                                                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2001.....                                                                                                                                                      | 211 |
| 2. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de & PLACCO, Vera Maria de Souza (org.) O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. 4ª Ed. São Paulo. Loyola, 2005 .....                                                                                       | 212 |
| 3. ALMEIDA, Laurinda.R. & PLACCO. Vera Maria Souza (org.) O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.....                                                                                                        | 212 |
| 4. BRASIL. Contribuições para a política nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação e contexto. Curitiba: Imprensa/UFPR. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2015.....                                 | 212 |
| 5. BACICH, Lilian, NETO, Adolfo Tanzi (Org.) Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação.Porto Alegre: Penso, 2015                                                                                                                  | 213 |
| 6. BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto Alegre: Penso .....                                                                                                              | 214 |
| 7. CARINE, Bárbara. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Editora Planeta, 2023 .....                                                                                                                                                   | 215 |
| 8. CASTORINA, José Antônio et All. Piaget – Vigostsky: Novas Contribuições para o Debate, SP, Ed Ática, 1990.....                                                                                                                               | 215 |
| 9. CAPÍTULO I. CIPRIANO, Carlos Lukesi. Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas.São Paulo: Cortez, 2022 .....                                                                                                                | 222 |
| 10. CUNHA, Susana Rangel Vieira; CARVALHO, Rodrigo Saballa (Org.) Linguagens da arte: percursos da docência com crianças. . Porto Alegre: Editora Zouk. 2022 .....                                                                              | 228 |
| 11. BONDIOLI, Ana. O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada. Campinas/SP: Autores Associados, 2013 .....                                                                                                         | 229 |
| 12. BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto político-pedagógico e a Gestão da escola. In VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. 27ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 37-52..... | 230 |
| 13. CARVALHO, Ana Carolina; BAROUKH, Josca Aline. Ler antes de saber ler: oito mitos escolares sobre a leitura literária. 1 ed. São Paulo: Panda Books, 2018 .....                                                                              | 232 |
| 14. DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros Orais e Escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.....                                                                                                                               | 232 |
| 15. FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996 .....                                                                                                                                                                  | 232 |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 16. FERREIRO, Emilia. O ingresso na escrita e nas culturas do escrito: seleção de textos de pesquisa. Trad. Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013. Parte 2, item 3 – A desestabilização das escritas silábicas: alternâncias e desordem com pertinência. Pág. 63 a 76 .....                                            | 234 |
| 17. FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler – em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1991 Coleção Polêmicas do nosso tempo – volume 4. 26ª Ed. ....                                                                                                                                                     | 235 |
| 18. FREIRE, Paulo. A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 .....                                                                                                                                                                                            | 236 |
| 19. FREIRE, Madalena. Educador, educa a dor. São Paulo: Paz e Terra, 2014 .....                                                                                                                                                                                                                                          | 236 |
| 20. FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das crianças: Escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Books, 2020 .....                                                                                                                                                                                  | 237 |
| 21. FONSECA, Edi. Interações: com olhos de ler – apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil. São Paulo: Blucher, 2012 .....                                                                                                                                                           | 237 |
| 22. FORMOSINHO, Julia Oliveira. Pedagogia (s) da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Capítulo 1) .....                                                                                                                                                                | 238 |
| 23. GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial – Por um projeto educativo emancipatório. In: revista Retratos da Escola, Brasília, v.2, p. 95-108, jan/dez.2008. IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores / Francisco Imbernón; tradução Juliana dos Santos Padilha. – Porto Alegre: Artmed, 2010 ..... | 240 |
| 24. HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001 .....                                                                                                                                                                                                                    | 241 |
| 25. LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002 .....                                                                                                                                                                                                         | 247 |
| 26. LUIZ, Maria Cecília; NASCENTE, Renata Maria Moschen (Org.). Conselho escolar e diversidade: por uma escola mais democrática. São Carlos: EDUFSCAR, 2013 (Capítulos 1) .....                                                                                                                                          | 255 |
| 27. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2021 .....                                                                                                                                                                                               | 255 |
| 28. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) Pensando e Fazendo Educação de Qualidade. São Paulo: Moderna, 2001 .....                                                                                                                           | 258 |
| 29. MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 .....                                                                                                                                                                                    | 258 |
| 30. MONTEIRO, Priscila. As crianças e o conhecimento matemático: experiências de exploração e ampliação de conceitos e relações matemáticas. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010 .....                                                          | 259 |
| 31. MORAN, José Manuel. Gestão inovadora da escola com tecnologias .....                                                                                                                                                                                                                                                 | 259 |
| 32. MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 13ª Ed.. São Paulo. Bertrand Brasil, 2007 .....                                                                                                                                                                                         | 260 |
| 33. MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica/ José Manuel Moran, Marcos T Massetto, Marilda Aparecida Behrens. - 21ª edição. rev. e atual. - Campinas, SP: Papirus Educação, 2013 (Coleção Papirus Educação).....                                                                                     | 262 |
| 34. MORRISON, B. “Justiça Restaurativa” nas escolas. In: BASTOS, M. T.; LOPES, C.; RENAULT, S, R. T (Orgs.). “Justiça Restaurativa”: coletânea de artigos. Brasília: MJ e PNUD, 2005 .....                                                                                                                               | 264 |
| 35. OLIVEIRA, Zilma Ramos de e outros. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Biruta, 2015 .....                                                                                                                                                                                                       | 264 |
| 36. PARO, Vitor. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001. (Capítulo: Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino, p. 33-47) .....                                                                                                                                        | 267 |
| 37. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza et alii. O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada. São Paulo: Loyola, 2005. Cap. 1, 2, 4, 5 e 6. PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza Placco e Vera Lucia Trevisan de Souza. São Paulo: Edições Loyola, 2015 .....                                                            | 272 |
| 38. REPOLI, Edilene Aparecida: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: MEC/SECADI, 2010 .....                                                                                                                                                                                                  | 275 |
| 39. RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e competência. São Paulo. Ed Cortez, 2011.....                                                                                                                                                                                                                                        | 285 |
| 40. SMOLE, Katia Stocco & DINIZ, Maria Ignes (Org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática. Porto Alegre: Artmed, 2007 .....                                                                                                                                                  | 287 |
| 41. SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013 .....                                                                                                                                                                                                               | 288 |
| 42. SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.....                                                                                                                                                    | 289 |
| 43. TAVARES, Cristiane. WEISZ, Telma (organizadoras). Literatura e Educação. Porto Alegre, Editora Zouk, 2020.....                                                                                                                                                                                                       | 289 |
| 44. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002 .....                                                                                                                                                                                                                         | 289 |

|                                                                                                                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 45. TEBEROSKY, Ana e COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever – uma proposta construtivista. 1ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 2003 .....                                                                                           | 291 |
| 46. TOGNETTA, Luciene E R. P.; VINHA, Telma P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. (Coleção Cenas do Cotidiano Escolar).....        | 292 |
| 47. VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do Conhecimento em Sala de aula. São Paulo. Libertad – Centro de Pesquisa, formação e Assessoria Pedagógica. 14ª Ed. –2002.....                                                          | 292 |
| 48. VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do Trabalho Pedagógico – Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 4ª Ed. São Paulo. Editora Libertad, 2002.....                                                     | 295 |
| 49. VEIGA, Ilma passos Alencastro Veiga. Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva. in VEIGA, Ilma passos Alencastro Veiga (org). Projeto Político-pedagógico: uma construção possível. Campinas/SP: Papirus. 2013..... | 295 |
| 50. VILLAS BOAS, Benigna; SOARES, Enívia R. Morato. Avaliação das aprendizagens, para as aprendizagens e como aprendizagem: Obra pedagógica do gestor. São Paulo Papirus Editora, 2022.....                                        | 297 |
| 51. WEISZ, Telma com SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª Ed. São Paulo. Ática, 2006. 60 .....                                                                                                              | 297 |
| 52. ZUNINO, Delia Lerner de. Matemática na Escola: Aqui e Agora. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed,1995.....                                                                                                                             | 298 |

## Legislação

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Brasil. Estatuto da igualdade racial. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. BRASIL. ....                                                                                                                                                                                               | 301 |
| 2. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013 ..... | 307 |
| 3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – Artigos 205 a 214.....                                                                                                                                                                                                                                       | 308 |
| 4. BRASIL. Lei Federal n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. ....                                                                                                                                                                                                                                   | 311 |
| 5. BRASIL Lei Federal n.º 9.394/96 e alterações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996. ....                                                                                                                                                                                                   | 351 |
| 6. BRASIL. Lei nº 12.764, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. ....                                                                                                                | 367 |
| 7. Ministério da educação. NOTA TÉCNICA No 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei no 12.764/2012 Ministério da educação.....                                                                                                                                      | 369 |
| 8. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010, 72p. ....                                                                                                                                         | 371 |
| 9. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva–MEC/2008.....                                                                                                                                                                                                                             | 371 |
| 10. Parecer CNE/CEB n.º 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos .....                                                                                                                                                                                                            | 377 |
| 11. Parecer CNE/CEB n.º 17/2001– Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial.....                                                                                                                                                                                                             | 378 |
| 12. Parecer CNE/CP n.º 03/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. ....                                                                                                                                    | 392 |
| 13. Parecer CNE/CEB n.º 20/2009 – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. ....                                                                                                                                                                                                           | 402 |
| 14. Parecer CNE/CEB n.º 07/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. ....                                                                                                                                                                                                                  | 412 |
| 15. Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. ....                                                                                                                                                                                                       | 419 |
| 16. Resolução CNE/CP n.º 01/2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....                                                                                                                          | 422 |
| 17. Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 – Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. ....                                                                                                                                                  | 423 |
| 18. Resolução CNE/CEB n.º 05/2009 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. ....                                                                                                                                                                                                                | 425 |
| 19. Resolução CNE/CEB n.º 04/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. ....                                                                                                                                                                                                         | 428 |
| 20. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Introdução (p. 7 – 21); A Etapa da Educação Infantil (p. 35 – 39); e A Etapa do Ensino Fundamental (p. 57 – 62). ....                                                                                                                                                         | 438 |

|                                                                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 21. Lei n.º 11.645/2008 – Altera a Lei nº 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. ..... | 477 |
| 22. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Programas e projetos institucionais: Orientações Gerais. Secretaria Municipal da Educação de São José do Rio Preto 2022. ....                                     | 477 |
| 23. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Orientações para organização escolar. 2019. Secretaria Municipal da Educação de São José do Rio Preto. ....                                                       | 477 |
| 24. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Projeto Educativo e Plano de Trabalho. 2019. Secretaria Municipal da Educação de São José do Rio Preto. ....                                                      | 477 |
| 25. Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 05 de 28 de dezembro de 1990 e alterações. ....                                                                        | 478 |
| 26. Estatuto do Magistério Público do Município de São José Do Rio Preto – Lei Complementar nº 138, de 28 de dezembro de 2001 e alterações. ....                                             | 496 |

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Detecção de características e pormenores que identifiquem o texto dentro de um estilo de época

### Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

**Ficcionalidade:** os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

**Aspecto subjetivo:** o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

**Ênfase na função poética da linguagem:** o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

**Plurissignificação:** as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

### Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa.

Ela tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. A linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.



**Conjunto dos Números Reais (R)**

O conjunto dos números reais é representado pelo R e é formado pela junção do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Não esqueça que o conjunto dos racionais é a união dos conjuntos naturais e inteiros. Podemos dizer que entre dois números reais existem infinitos números.

Entre os conjuntos números reais, temos:

$R^* = \{x \in R \mid x \neq 0\}$ : conjunto dos números reais não-nulos.

$R^+ = \{x \in R \mid x \geq 0\}$ : conjunto dos números reais não-negativos.

$R^{*+} = \{x \in R \mid x > 0\}$ : conjunto dos números reais positivos.

$R^- = \{x \in R \mid x \leq 0\}$ : conjunto dos números reais não-positivos.

$R^{*-} = \{x \in R \mid x < 0\}$ : conjunto dos números reais negativos.

**— Múltiplos e Divisores**

Os conceitos de múltiplos e divisores de um número natural estendem-se para o conjunto dos números inteiros<sup>2</sup>. Quando tratamos do assunto múltiplos e divisores, referimo-nos a conjuntos numéricos que satisfazem algumas condições. Os múltiplos são encontrados após a multiplicação por números inteiros, e os divisores são números divisíveis por um certo número.

Devido a isso, encontraremos subconjuntos dos números inteiros, pois os elementos dos conjuntos dos múltiplos e divisores são elementos do conjunto dos números inteiros. Para entender o que são números primos, é necessário compreender o conceito de divisores.

**Múltiplos de um Número**

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, o número a é múltiplo de b se, e somente se, existir um número inteiro k tal que  $a = b \cdot k$ . Desse modo, o conjunto dos múltiplos de a é obtido multiplicando a por todos os números inteiros, os resultados dessas multiplicações são os múltiplos de a.

Por exemplo, listemos os 12 primeiros múltiplos de 2. Para isso temos que multiplicar o número 2 pelos 12 primeiros números inteiros, assim:

$$\begin{aligned} 2 \cdot 1 &= 2 \\ 2 \cdot 2 &= 4 \\ 2 \cdot 3 &= 6 \\ 2 \cdot 4 &= 8 \\ 2 \cdot 5 &= 10 \\ 2 \cdot 6 &= 12 \\ 2 \cdot 7 &= 14 \\ 2 \cdot 8 &= 16 \\ 2 \cdot 9 &= 18 \\ 2 \cdot 10 &= 20 \\ 2 \cdot 11 &= 22 \\ 2 \cdot 12 &= 24 \end{aligned}$$

Portanto, os múltiplos de 2 são:

$$M(2) = \{2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24\}$$

Observe que listamos somente os 12 primeiros números, mas poderíamos ter listado quantos fossem necessários, pois a lista de múltiplos é dada pela multiplicação de um número por todos os inteiros. Assim, o conjunto dos múltiplos é infinito.

Para verificar se um número é ou não múltiplo de outro, devemos encontrar um número inteiro de forma que a multiplicação entre eles resulte no primeiro número. Veja os exemplos:

– O número 49 é múltiplo de 7, pois existe número inteiro que, multiplicado por 7, resulta em 49.

$$49 = 7 \cdot 7$$

– O número 324 é múltiplo de 3, pois existe número inteiro que, multiplicado por 3, resulta em 324.

$$324 = 3 \cdot 108$$

– O número 523 não é múltiplo de 2, pois não existe número inteiro que, multiplicado por 2, resulte em 523.

$$523 = 2 \cdot ?$$

**• Múltiplos de 4**

Como vimos, para determinar os múltiplos do número 4, devemos multiplicar o número 4 por números inteiros. Assim:

$$\begin{aligned} 4 \cdot 1 &= 4 \\ 4 \cdot 2 &= 8 \\ 4 \cdot 3 &= 12 \\ 4 \cdot 4 &= 16 \\ 4 \cdot 5 &= 20 \\ 4 \cdot 6 &= 24 \\ 4 \cdot 7 &= 28 \\ 4 \cdot 8 &= 32 \\ 4 \cdot 9 &= 36 \\ 4 \cdot 10 &= 40 \\ 4 \cdot 11 &= 44 \\ 4 \cdot 12 &= 48 \end{aligned}$$

...

Portanto, os múltiplos de 4 são:

$$M(4) = \{4, 8, 12, 16, 20, 24, 28, 32, 36, 40, 44, 48, \dots\}$$

**Divisores de um Número**

Sejam a e b dois números inteiros conhecidos, vamos dizer que b é divisor de a se o número b for múltiplo de a, ou seja, a divisão entre b e a é exata (deve deixar resto 0).

Veja alguns exemplos:

– 22 é múltiplo de 2, então, 2 é divisor de 22.

– 63 é múltiplo de 3, logo, 3 é divisor de 63.

– 121 não é múltiplo de 10, assim, 10 não é divisor de 121.

Para listar os divisores de um número, devemos buscar os números que o dividem. Veja:

– Liste os divisores de 2, 3 e 20.

$$D(2) = \{1, 2\}$$

$$D(3) = \{1, 3\}$$

$$D(20) = \{1, 2, 4, 5, 10, 20\}$$

Observe que os números da lista dos divisores sempre são divisíveis pelo número em questão e que o maior valor que aparece nessa lista é o próprio número, pois nenhum número maior que ele será divisível por ele.

Por exemplo, nos divisores de 30, o maior valor dessa lista é o próprio 30, pois nenhum número maior que 30 será divisível por ele. Assim:

$$D(30) = \{1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 30\}.$$

<sup>2</sup> <https://brasilecola.uol.com.br/matematica/multiplos-divisores.htm>



trabalho em equipe;  
aprendizado mais dinâmico e interessante;  
gerenciamento das tarefas burocráticas.

### **Quais são os benefícios das TICs na educação?**

As TICs, como já descrito, são ferramentas versáteis e úteis. Vamos, então, elencar algumas vantagens do uso amplo das TICs na educação:

Facilitam o acompanhamento individualizado e a personalização do ensino, ao promover múltiplos recursos que podem abarcar cada aluno em suas peculiaridades;

Potencializam a capacidade de ensino e transmissão do conhecimento do professor, que passa a contar com inúmeros recursos para passar a matéria;

Estimulam a autonomia do aluno e o aprimoramento do senso de responsabilidade, pois são diversas as ferramentas que exigem do estudante uma postura ativa;

Dinamizam o aprendizado e o conteúdo com recursos variados;

Incentivam o trabalho em grupos por meio de atividades cooperativas e interativas, impulsionando a capacidade do estudante de lidar com pessoas;

Minimizam o tempo que é gasto por educadores e coordenadores com aspectos burocráticos, por promoverem a automatização de muitos processos; assim, tornam o trabalho destes profissionais da educação mais eficiente;

Multiplicam as possibilidades de aprendizagem, por não se limitarem à sala de aula e poderem ser utilizados em qualquer lugar;

Contribuem para o acesso amplo à educação ao democratizar métodos de ensino.

### **TICs e Acessibilidade Metodológica**

A Acessibilidade Metodológica é um princípio educacional que tem como objetivo possibilitar a inclusão de estudantes com deficiência no ensino. Portanto visa a garantia de acesso ao ensino, de forma qualitativa.

Deste modo, a Acessibilidade Metodológica busca meios inclusivos de aprendizado, mitigando barreiras de conhecimento. Por sua importância, existe previsão legal de obrigatoriedade da acessibilidade. Conforme o artigo 24 do Decreto nº 5.296/2004:

*“os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.” (Nossos destaques)*

Sendo assim, acessibilidade metodológica é medida por meio dos seguintes indicadores:

Conteúdos Curriculares;  
Estrutura Curricular;  
Metodologia;  
Apoio ao Discente;  
Ambiente Virtual de Aprendizagem (para cursos que sejam total ou parcialmente à distância);  
Material Didático.

Além disso, o uso de TICs amplia muito a acessibilidade metodológica porque, ao variar as possibilidades de acesso, a inclusão fica muito facilitada. Como exemplos de uso de TICs para inclusão e acessibilidade metodológica, podemos citar:

Leitores digitais auditivos para facilitar o acesso por alunos com deficiências visuais;

Promoção de métodos alternativos de conhecimento que facilitam o aprendizado de pessoas neurodiversas;

Possibilidade de acervo remoto a conhecimentos;

Apoio ao discente, inclusive digital, na elaboração de estratégias inclusivas;

Promoção do Ambiente Virtual de aprendizagem por meio de plataformas que se enquadram como TICs.

### **Como aplicar as TICs na educação?**

Como já explicamos acima, TIC significa Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, tudo que reúne recursos tecnológicos integrados pode ser classificado como TIC. As TICs conseguem proporcionar automação, comunicação e integração de diversos processos.

Assim, as TICs são mais amplas do que imaginamos. Alguns exemplos básicos de TICs são:

Notebooks, desktops e computadores em geral;

câmeras fotográficas ou vídeo para computadores e webcams sites na internet

endereços eletrônicos (e-mails)

aplicativos e sites de reprodução de vídeos (por exemplo, o Youtube)

Cartões de memória, hardwares e pen-drives;

telefones celulares e todos os aplicativos nele contidos.

Na educação, as TICs são utilizadas majoritariamente para potencializar a aprendizagem, por meio de auxílio na individualização do ensino, no gerenciamento das ferramentas educacionais, táticas de ampliar a absorção do conteúdo, entre outras possibilidades.

A seguir, iremos apresentar as categorias em que as TICs são divididas e como é possível inseri-las na IES. Confira!

1. Ambientes virtuais imersivos
2. Ferramentas de comunicação
3. Ferramentas de trabalho
4. Ferramentas de gestão
5. Ferramentas para acervo de conteúdo
6. Ferramentas de experimentação
7. Objetos digitais de aprendizagem (ODA)

#### **1. Ambientes virtuais imersivos**

São dispositivos que promovem experiências que combinam o mundo real com o mundo virtual.

Os ambientes virtuais imersivos são cenários em 3D, dinâmicos e móveis, que utilizam técnicas de computação gráfica para simular a experiência em tempo real. Assim, o usuário consegue se sentir como se estivesse nesses ambientes presencialmente.

# Políticas educacionais – Origem.

## Platão

Platão, filósofo que teve como preocupação central de sua vida e de sua obra a crítica à democracia ateniense e a procura de soluções políticas para o mundo grego, preconizou a idéia do homem como consequência do meio, definiu o Estado como a suprema figura da sociedade e, como tal, estabeleceu que o Estado ideal seria governado por sábios e filósofos.

**Assim, a política, segundo Platão, era a arte de um pequeno grupo, de uma elite. Aqui, política e elitismo não se dissociam. Nesta vertente a política educacional não só é formulada por uma pequena elite como também têm entre seus objetivos a formação de uma elite.**

(MARTINS, 1994, p.15).



## Aristóteles

Aristóteles, discípulo de Platão, analisou os três tipos de governo – monarquia, aristocracia e democracia –, assim como as corrupções dessas formas – tirania, oligarquia e demagogia. Quando examinou tudo isso, ele identificou no ser humano uma força para modificar o meio e disse que o Estado ideal seria aquele governado por um povo bem-educado e preparado na juventude.

**Aqui, política e povo não se dissociam. Nesta concepção, política educacional pode ser associada à educação ampla e igual para todos os homens. Voltada para o exercício equilibrado do poder entre eles.** (MARTINS, 1994, p.15).



**ALMEIDA, LAURINDA RAMALHO DE & PLACCO, VERA MARIA DE SOUZA (ORG.) O COORDENADOR PEDAGÓGICO E O ESPAÇO DA MUDANÇA. 4ª ED. SÃO PAULO. LOYOLA, 2005**

O livro “O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança”, organizado por Almeida, Laurinda Ramalho de e Placco, Vera Maria de Souza, é uma obra fundamental para os profissionais da área educacional que atuam como coordenadores pedagógicos. Publicada pela 4ª vez em 2005, pela Editora Loyola, em São Paulo, essa obra se destaca por abordar de forma abrangente o papel do coordenador pedagógico na promoção de mudanças no contexto escolar.

A obra inicia apresentando um panorama sobre a atuação do coordenador pedagógico, destacando sua importância e os desafios enfrentados no exercício de suas funções. Os organizadores discutem a necessidade de uma postura reflexiva e crítica por parte do coordenador, bem como sua responsabilidade na construção de um ambiente propício à aprendizagem.

O livro também aborda a importância do trabalho em equipe e da articulação entre os diferentes atores da comunidade escolar, como professores, direção, alunos e famílias. Destaca-se a necessidade de uma liderança pedagógica eficiente, que seja capaz de promover uma cultura de diálogo e colaboração.

Além disso, a obra traz reflexões sobre a gestão do currículo e a organização do trabalho pedagógico, apresentando estratégias e sugestões para o desenvolvimento de projetos educativos consistentes. O papel do coordenador pedagógico na formação continuada dos professores também é discutido, ressaltando a importância da capacitação constante e do estímulo à reflexão sobre as práticas docentes.

Ao longo do livro, são apresentados estudos de casos, relatos de experiências e reflexões teóricas que enriquecem a compreensão do papel do coordenador pedagógico. Os autores procuram embasar suas análises em teorias educacionais contemporâneas, contribuindo para uma visão atualizada sobre o tema.

“O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança” se destaca por sua linguagem clara e acessível, tornando-se uma leitura indispensável para coordenadores pedagógicos em busca de subsídios teóricos e práticos para sua atuação. A obra oferece um conjunto de ferramentas e reflexões que contribuem para a qualificação do trabalho desses profissionais e para a melhoria da qualidade educacional nas escolas.

Em resumo, essa 4ª edição do livro organizado por Almeida, Laurinda Ramalho de e Placco, Vera Maria de Souza, publicado pela Editora Loyola em 2005, é uma referência importante para o aprimoramento da prática do coordenador pedagógico, abordando questões fundamentais relacionadas ao seu papel e às possibilidades de promover mudanças significativas no ambiente escolar.

**ALMEIDA, LAURINDA.R. & PLACCO. VERA MARIA SOUZA (ORG.) O COORDENADOR PEDAGÓGICO E O COTIDIANO DA ESCOLA. SÃO PAULO: LOYOLA, 2003**

O livro “O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola”, organizado por Almeida, Laurinda R. e Placco, Vera Maria Souza, é uma obra relevante para os profissionais da área educacional que atuam como coordenadores pedagógicos. Publicada em 2003 pela

Editora Loyola, em São Paulo, essa obra se destaca por abordar de maneira abrangente as questões e desafios enfrentados pelo coordenador pedagógico no cotidiano escolar.

O livro começa com uma introdução que contextualiza o papel do coordenador pedagógico na escola. Os organizadores exploram as atribuições e responsabilidades desse profissional, destacando sua importância na promoção de uma educação de qualidade.

A obra aborda a relevância da relação interpessoal do coordenador pedagógico com a equipe escolar, professores, diretores, alunos e pais. São discutidas estratégias de comunicação e o desenvolvimento de parcerias colaborativas, visando ao fortalecimento da gestão democrática e participativa.

Outro aspecto abordado é a gestão do currículo escolar. Os autores apresentam reflexões sobre como o coordenador pedagógico pode contribuir para a construção de um currículo alinhado com as necessidades dos alunos e com as demandas do mundo contemporâneo. São sugeridas estratégias para a articulação entre os diferentes componentes curriculares e para o acompanhamento da implementação das propostas pedagógicas.

A obra também trata da formação continuada dos professores, destacando o papel do coordenador pedagógico na promoção de espaços de aprendizagem e no estímulo ao desenvolvimento profissional dos docentes. São apresentadas propostas de atividades de formação, bem como sugestões para o acompanhamento e a avaliação das práticas pedagógicas.

Ao longo do livro, são apresentados estudos de casos, relatos de experiências e reflexões teóricas que enriquecem a compreensão do papel do coordenador pedagógico no cotidiano da escola. Os autores buscam embasar suas análises em referenciais teóricos contemporâneos, contribuindo para uma visão atualizada sobre o tema.

“O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola” apresenta uma linguagem acessível e clara, tornando-se uma leitura indispensável para coordenadores pedagógicos em busca de subsídios teóricos e práticos para a sua atuação. A obra oferece uma série de reflexões e estratégias que contribuem para o aprimoramento do trabalho desses profissionais e para a promoção de uma educação de qualidade.

O livro organizado por Almeida, Laurinda R. e Placco, Vera Maria Souza, intitulado “O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola”, publicado em 2003 pela Editora Loyola, é uma referência importante para a compreensão do papel do coordenador pedagógico no contexto escolar. A obra aborda aspectos fundamentais e oferece subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento do trabalho desses profissionais, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

**BRASIL. CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA NACIONAL: A AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA AVALIAÇÃO E CONTEXTO. CURITIBA: IMPRENSA/UFPR. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2015**

O livro “Contribuições para a Política Nacional: A Avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação e Contexto”, publicado pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, em 2015,



## **TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **CAPÍTULO I DO DIREITO À SAÚDE**

Art. 6º O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.

§ 1º O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

§ 2º O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Art. 7º O conjunto de ações de saúde voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes abaixo especificadas:

I - ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS;

II - produção de conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra;

III - desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação para contribuir com a redução das vulnerabilidades da população negra.

Art. 8º Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

I - a promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições e serviços do SUS;

II - a melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero;

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;

IV - a inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde;

V - a inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS.

Parágrafo único. Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

## **CAPÍTULO II DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

I - promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV - implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra brasileira.

### **SEÇÃO II DA EDUCAÇÃO**

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I - resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II - incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III - desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;

IV - estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Art. 14. O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Art. 15. O poder público adotará programas de ação afirmativa.

Art. 16. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Seção.

### SEÇÃO III DA CULTURA

Art. 17. O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 18. É assegurado aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à preservação de seus usos, costumes, tradições e manifestos religiosos, sob a proteção do Estado.

Parágrafo único. A preservação dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, tombados nos termos do § 5o do art. 216 da Constituição Federal, receberá especial atenção do poder público.

Art. 19. O poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas.

Art. 20. O poder público garantirá o registro e a proteção da capoeira, em todas as suas modalidades, como bem de natureza imaterial e de formação da identidade cultural brasileira, nos termos do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O poder público buscará garantir, por meio dos atos normativos necessários, a preservação dos elementos formadores tradicionais da capoeira nas suas relações internacionais.

### SEÇÃO IV DO ESPORTE E LAZER

Art. 21. O poder público fomentará o pleno acesso da população negra às práticas desportivas, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais.

Art. 22. A capoeira é reconhecida como desporto de criação nacional, nos termos do art. 217 da Constituição Federal.

§ 1º A atividade de capoeirista será reconhecida em todas as modalidades em que a capoeira se manifesta, seja como esporte, luta, dança ou música, sendo livre o exercício em todo o território nacional.

§ 2º É facultado o ensino da capoeira nas instituições públicas e privadas pelos capoeiristas e mestres tradicionais, pública e formalmente reconhecidos.

### CAPÍTULO III DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA E AO LIVRE EXERCÍCIO DOS CULTOS RELIGIOSOS

Art. 23. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas;

IV - a produção, a comercialização, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;

V - a produção e a divulgação de publicações relacionadas ao exercício e à difusão das religiões de matriz africana;

VI - a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões;

VII - o acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões;

VIII - a comunicação ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa nos meios de comunicação e em quaisquer outros locais.

Art. 25. É assegurada a assistência religiosa aos praticantes de religiões de matrizes africanas internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva, inclusive àqueles submetidos a pena privativa de liberdade.

Art. 26. O poder público adotará as medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, especialmente com o objetivo de:

I - coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições, imagens ou abordagens que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou ao desprezo por motivos fundados na religiosidade de matrizes africanas;

II - inventariar, restaurar e proteger os documentos, obras e outros bens de valor artístico e cultural, os monumentos, mananciais, flora e sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas;

III - assegurar a participação proporcional de representantes das religiões de matrizes africanas, ao lado da representação das demais religiões, em comissões, conselhos, órgãos e outras instâncias de deliberação vinculadas ao poder público.